

## ***Um estudo sobre a teia de instituições de accountability brasileira***

Neste artigo é discutido o papel das instituições públicas no âmbito subnacional, organizações da sociedade civil e as relações interpessoais na promoção de accountability, a partir de um estudo sobre as redes de cooperação para prevenção e combate à corrupção (RCPPCs) no Brasil. O objetivo é investigar a participação e interação desses elementos no exercício da accountability. Os dados analisados neste artigo foram coletados em duas fases: uma de coleta de dados secundários disponíveis na internet sobre as RCPCCs e outra coleta foi realizada via questionário online. Foram aplicadas técnicas de Análise de Redes Sociais buscando mapear as relações entre as redes de controle e seus membros; também foram usadas técnicas estatísticas descritivas e inferências para descrever características das redes sobre os pontos destacados. Os resultados da pesquisa mostram que órgão públicos no nível subnacional são atores chave no exercício da accountability, tendo destaque o MPE e TCE como instituições subnacionais com maior número de laços; a sociedade civil aparece como sendo importante mas, a avaliação de seu papel no funcionamento das RCPCCs apresenta maior variabilidade e, em média, é considerado menos importante que o papel dos órgãos públicos; e por fim redes interpessoais conectam, por laços de amizade, as RCPCCs dos diferentes estados brasileiros.

**Palavras-chave:** Cooperação; Redes de Controle; Accountability; Estado; Sociedade Civil.

## ***A study on the web of Brazilian accountability institutions***

This article discusses the role of public institutions in the subnational sphere, civil society organizations and interpersonal relationships in promoting accountability, based on a study on cooperation networks for the prevention and fight against corruption (RCPPCs) in Brazil. The objective is to investigate the participation and interaction of these elements in the exercise of accountability. The data analyzed in this article were collected in two phases: one of secondary data collection available on the Internet about RCPCCs and another collection was performed via online questionnaire. Social Network Analysis techniques were applied in order to map the relationships between the control networks and their members; Descriptive statistical techniques and inferences were also used to describe network characteristics on the highlighted points. The results of the research show that public agencies at the subnational level are key actors in the exercise of accountability, with the ESM and ECA highlighting as subnational institutions with a greater number of ties; civil society appears to be important, but the evaluation of its role in the functioning of RCPCCs presents greater variability and, on average, is considered less important than the role of public agencies; and finally interpersonal networks connect, by bonds of friendship, the RCPCCs of the different Brazilian states.


**Keywords:** Cooperation; Control Networks; Accountability; State; Civil Society.


Topic: **Ciência Política**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Received: **17/05/2020**

Approved: **19/07/2020**

**Vinicius Eduardo Martins Baraldi Vaz**   
Universidade Federal de Alfenas, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/5917420863721939>  
<http://orcid.org/0000-0002-6290-764X>  
[vinivaz10@hotmail.com](mailto:vinivaz10@hotmail.com)

**Antonio Carlos Andrade Ribeiro**   
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/0977494541313720>  
<http://orcid.org/0000-0003-2196-4143>  
[antonilos@gmail.com](mailto:antonilos@gmail.com)



DOI: 10.6008/CBPC2674-6433.2020.002.0003

### **Referencing this:**

VAZ, V. E. M. B.; RIBEIRO, A. C. A.. Um estudo sobre a teia de instituições de accountability brasileira. **Business Journal**, v.2, n.2, p.22-39, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6433.2020.002.0003>

## INTRODUÇÃO

O tema da cooperação entre organizações tem ganhado relevância no debate atual sob o prisma que se convencionou chamar de redes interorganizacionais. A organização em rede basicamente é um movimento organizado para cooperação entre agentes conectados por laços de relacionamento que surgem da interação entre os atores envolvidos na rede. A ciência política tem se ocupado de abordar a cooperação entre as instituições de controle que conforma a *web of accountability institutions* (WAI)<sup>1</sup>. A WAI tem sua agenda pautada nas interações entre instituições do sistema de controle, buscando investigar em que medida uma rede conectada é capaz de melhorar o controle sobre os agentes públicos e privados.

No Brasil, os agentes do sistema de controle criaram uma inovação, uma maneira de articular essas instituições de controle. Sendo uma iniciativa criada em 2010 na Paraíba, o novo modelo recebeu o nome de FOCCO (Fórum de combate à corrupção) no intuito de incentivar a cooperação entre organizações públicas e da sociedade civil buscando fiscalizar e promover a transparência pública. O novo modelo de controle alterou a forma de interação entre os órgãos públicos e se difundiu pelos demais estados brasileiros por meio de processos de isomorfismo (RIBEIRO, 2016). Por razões diversas, alguns dos estados que aderiram a iniciativa alteraram o nome da rede de controle. No caso do Rio Grande do Norte o nome adotado foi MARCCO-RN (Movimento Articulado de Combate à Corrupção), em Rondônia adotou-se CERCCO-RO (Comitê de combate à corrupção), no estado de Minas Gerais o nome da rede é ARCCO-MG (Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção) e alguns estados adotaram o nome de Rede de Controle.

Atualmente todos os estados brasileiros possuem uma rede de controle em funcionamento. Com a adesão desse modelo, os estados buscam exercer *accountability* pretendendo aumentar a eficiência e acelerar os processos na troca de informações e documento, facilitando o diálogo, a interação e a troca de recursos entre as organizações envolvidas, por vezes mobilizando as organizações da sociedade civil.

Estudar as RCPCCs é uma oportunidade para avançar no entendimento sobre o funcionamento das teias de instituições de *accountability* no Brasil por três motivos. O primeiro motivo é que ela trabalha com um elemento não desenvolvido na discussão da literatura sobre o assunto que é o aspecto regional do processo de *accountability*, isto é, ela permite considerar que o exercício da *accountability* envolve uma dimensão local que exige o envolvimento de organizações públicas e privadas que atuam em âmbito estadual e municipal. Este é o caso de alguns órgãos de controle que aparecem presentes em diversas redes, exemplo: Tribunal de contas do Estado (TCE); Ministério Público Estadual (MPE); Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz); Controladoria Geral do Município (CGM); Receita Federal; Ministério Público do Trabalho (MPT).

O segundo motivo refere-se à participação de organizações civis no exercício de *accountability*, ou seja, considerar que além das instituições públicas de controle, existe organizações da sociedade civil que compõem as teias de instituições de *accountability*, como: sindicatos, conselhos e associações. O terceiro motivo é que podemos abordar um ponto ainda não abordado de forma sistemática pelos estudos sobre as teias de instituições de *accountability*: o impacto de relações pessoais (relações informais) na conexão das

---

<sup>1</sup> Optou-se pela sigla do termo em inglês, WAI. Em alguns trechos também será utilizado a tradução do termo para o português, teia de instituições de *accountability*. Por se tratar de um conceito consolidado na literatura brasileira não traduzimos o termo *accountability*.

WAI. Neste trabalho aborda-se os três pontos descritos a partir das seguintes questões: (1) como se fazem presentes organizações que atuam em nível local (no estado e nos municípios) nas teias de instituições de *accountability*?; (2) qual o lugar das organizações da sociedade civil nas teias de instituições de *accountability*, segundo a percepção de seus membros?; (3) qual o impacto das relações pessoais na formação de laços na teia de instituições de *accountability*?

Além desta introdução o artigo se divide em mais 3 seções e as considerações finais. Na seção seguinte destacamos os principais pontos trabalhados pela literatura em relação ao conceito de *accountability* e a descrição dos processos de seu funcionamento, além de apresentar os estudos recentes que abordam as teias de instituições de *accountability*. Em seguida são ressaltadas as metodologias utilizadas para obtenção dos resultados deste trabalho. Para depois apresentar os resultados que buscam responder as três questões citadas anteriormente que orientaram o trabalho. Por fim destacamos os principais resultados alcançados e fizemos apontamento como sugestão para estudos que estudos seguintes avancem nessa discussão.

## REVISÃO TEÓRICA

### Teias de Instituições de *Accountability*

Os estudos sobre o controle do poder avançaram e hodiernamente temos como ferramenta de análise o conceito de *accountability*, sendo assim, hoje a *accountability* é o conceito que se preocupa com os freios e contrapesos, supervisão e repreensão do poder, educação e prevenção dos agentes de controle. A *accountability* é um termo em inglês que embora não ter uma tradução correta, quando traduzida para o português recebe significados como transparência, responsabilidade, prestação de contas e controle público. Em espanhol o termo recebe uma tradução de *rendición de cuentas*, no entanto, Schedler (2008) diz que a palavra *accountability* deixa um sentido claro de obrigação e exigência, já *rendición de cuentas* é algo voluntário, viria da generosidade dos governantes. Sendo assim ele faz uma adaptação que a *accountability* é uma *rendición de cuentas* obrigatória. Schedler (2008) vai além e identifica dois aspectos do conceito: *Answerability* e *enforcement*. O primeiro implica em responder perguntas e também dá o direito de fazer perguntas mais agudas buscando o direito de receber explicações (monitoramento e vigilância) e justificar os exercícios do poder, ou seja, seria uma característica que busca informação e justificação; já o segundo termo tem características ligadas ao “faz valer a lei” (as vezes é necessário o uso da força), castigando o comportamento improprio de servidores públicos de acordo com o grau de sua infração, ou seja, é uma característica que busca uma punição efetiva para manter as normas ativas.

Com o desenvolvimento do conceito de *accountability*, a literatura relacionada ao tema destaca três dimensões distintas, as quais possuem atores diferentes para realizar o exercício do controle em cada esfera. A primeira dimensão é a horizontal, onde o dever de prestação de contas está na esfera estatal, pressupondo que todos os órgãos envolvidos têm poder de agir e monitorar igualmente os demais agentes, segundo O'Donnell (2001) as agências horizontais tem o propósito explícito de prevenir, parar, reparar e repreender ações ilícitas de outra agência pública; indo além em sua análise, O'Donnell (2001) identificou e classificou

dois grupos de agentes públicos envolvidos no controle do poder: agências de balanço e agências atribuídas ou especializadas. O primeiro grupo é constituído pelos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo os quais tem autonomia para intervir em outra instituição quando transgredir regras. O segundo grupo é formado por agências estatais especializadas com a missão de supervisionar, visam identificar e punir a transgressão e a corrupção, portanto, tem o papel de fortalecer as agências de balanço.

A segunda dimensão da *accountability* é a vertical e está inserida 'nas mãos' dos eleitores, pois ela é realizada por meio das eleições justas e livres. Schedler (2008) descreve que o eleitor tem a capacidade de premiar ou castigar o desempenho dos representantes nas eleições, ou seja, aqui o exercício da *accountability* está na capacidade dos cidadãos, associações cívicas e meios de comunicação para vigiar, e punir os políticos. Sendo assim, eles seriam punidos não recebendo votos e, portanto, não se elegendo e seriam premiados caso conseguissem votos para serem eleitos. Alguns estudos criticam as eleições como exercício de *accountability* alegando que são ineficazes pois ao eleger um candidato não existe garantia que ele cumprirá com sua proposta que foi escolhida pelo eleitorado, ou seja, não pode fazer com que o governo haja com responsabilidade (PERUZZOTTI et al., 2002).

A terceira dimensão do exercício do controle, foi destacado por Peruzzotti et al. (2002), a *accountability* social refere-se às ações feitas por associações, movimentos de cidadãos e medidas midiáticas. Seu objetivo é: monitorar, expor e denunciar seus comportamentos e ativar as agências horizontais. A *accountability* social, ao expor as ações ilegais, pode: exigir cumprimentos de lei, expor e denunciar atos ilegais, ativar agências horizontais e monitorar as ações das mesmas. Quando as ações são expostas e é gerado um peso na reputação do agente, essa movimentação muitas vezes faz com que ele se dirija ao público para dar explicações. Peruzzotti et al. (2002) referem-se a esse tipo de *accountability* como não sendo um meio legal para punir transgressores e, portanto, são chamadas de punições simbólicas, utilizam-se da voz para denuncia (gera reputação) e visibilidade de seus atos, o que gera perda de apoio e assim um problema para as eleições futuras. A denúncia feita pela sociedade civil pode expor atos ilegais, quando essa denúncia entra na agenda pública seu alcance aumenta são disparados os 'alarmes de incêndio' que acionam os órgãos da dimensão horizontal. Portanto a exposição pode gerar dois efeitos: produzir controle sobre um tema específico ou aumentar o número de pautas que as agências públicas devem responder.

Diante da heterogeneidade de agentes encontrados na sociedade civil, Peruzzotti et al. (2002) destacam três grupos com atuações diferentes no exercício da *accountability*: movimentos sociais, associações civis e a mídia. Os movimentos sociais têm um caráter jurídico, eles articulam demandas e denúncias para a dimensão horizontal e por isso são citados como o mecanismo de ativação das instituições estatais. As associações civis têm característica de ser mobilizadora, eles fazem protestos e manifestações com objetivo de chamar atenção para o tema exposto e assim ganhar mais visibilidade para o assunto. A mídia possui a diferença de não estar organizada como associação, possuindo um caráter investigativo com objetivo de denunciar os comportamentos viciosos por meio dos veículos de comunicação. Ribeiro et al. (2014) propõem outra classificação dos agentes da sociedade civil, considerando a natureza da atuação (continua ou intermitente) e a forma de interação com o Estado (FIGURA 1).

A combinação das duas dimensões (natureza do agente e relação com o Estado) resulta na elaboração de uma tipologia capaz de identificar quatro grupos de agentes da *accountability* social, quais sejam: (1) os que **não recebem chancela** do Estado e atuam de forma **contínua**; (2) os que **não recebem chancela** do Estado e atuam de forma **intermitente**; (3) os que são **apoiados pelo aparato estatal** e atuam de forma **contínua**; e (4) os que são **apoiados pelo aparato estatal** e atuam de forma **intermitente** (RIBEIRO et al., 2014).

		Possui chancela estatal?	
		Não	Sim
Atua de forma...	Contínua	Monitoramento cidadão: ONG's, projetos, redes, fóruns e movimentos especializados no combate ao mau uso do dinheiro público (combate à improbidade administrativa e à corrupção).	Procedimento administrativo; forma de cogoverno (Ex.: conselhos gestores de política).
	Intermitente	Protesto; jornalismo investigativo; imprensa; associações de bairro e de moradores; associações e federações comerciais; sindicatos; associações profissionais; outras ONG's e movimentos sociais; instituições de apoio.	Coprodução (Ex.: Orçamento Participativo, conferências, audiências públicas); democracia direta; universidades.

**Figura 1:** Classificação dos agentes da sociedade civil. **Fonte:** Ribeiro et al. (2014).

Diante das três dimensões de *accountability*, O'Donnell (2001) identifica que a efetividade de seu exercício e que, conseqüentemente, a capacidade de obter melhores resultados, depende da interação entre essas três dimensões, a qual ele percebe como importante na democracia contemporânea. Espera-se que haja um repasse de informações e apoio por parte dos agentes da dimensão social para a dimensão horizontal, bem como entre eles. A falta de comunicação dificulta a eficiência no exercício de *accountability*. O'Donnell (2001) diz que uma sociedade atenta e organizada nas questões políticas pode fornecer informações e colaborar na batalha com esfera horizontal para punir poderosos transgressores das leis. Um caso de *accountability* horizontal também pode servir de estopim para despertar interesse da sociedade em ajudar; a sociedade também pode pesquisar e levantar dados de políticos que tentam se candidatar ou recandidatar.

Ribeiro et al. (2014) realizaram uma pesquisa sobre o projeto Adote 1 município (A1M), o qual incentiva o combate à corrupção por parte das organizações civis locais para controlar e fiscalizar o poder público, fortalecendo os laços entre o campo estatal e social. Foi considerado a variável de interação entre e intragrupos das três dimensões da *accountability* como sendo necessários para alcançar resultados eficientes. Essa interação também se torna necessária, pois na pesquisa foi visto que os agentes da política de *accountability* tendem a desempenhar papéis específicos, sugerindo complementaridade entre eles. (RIBEIRO et al., 2014). Dentre os achados empíricos da pesquisa, Ribeiro et al. (2014) encontram uma maior interação entre as próprias organizações da sociedade civil para ações e projetos, indicando que a *accountability* social se torna uma alternativa ao exercício do controle e que ela não é totalmente dependente da esfera horizontal. Outro achado mostra que dentre as organizações civis que interagem entre si, nem todas elas são agentes que buscam promover controle e fiscalização, elas se conectam com organizações civis de outras áreas e realizam trabalhos juntas. Tratando da dimensão horizontal, foi

encontrado que os órgãos públicos especializados de controle (TCU, CGU, MPF) são os mais acionados pelas organizações civis e não as instituições clássicas do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). O trabalho contribui no aspecto da interação entre as organizações da sociedade civil no exercício da *accountability* em conexão com os órgãos públicos, entretanto, deixa uma lacuna no que diz respeito da conexão do Estado com a sociedade civil, sob o prisma dos órgãos públicos.

A literatura que trata sobre *web of accountability institutions* tem destacado a importância das instituições públicas pertencentes a dimensão horizontal, especificamente as agências especializadas que compõem o sistema de controle no âmbito federal. Todavia, tem deixado de lado a atuação dos órgãos no nível subnacional, além de não considerar as organizações da sociedade civil enquanto atores-chave no exercício de *accountability*. O estudo feito por Aranha (2015) analisou cinco instituições federais de *accountability* no Brasil – a Controladoria Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF) e a Justiça Federal (JF). A autora explorou a interação entre esses atores tendo em vista a forma como são acionados, ações que desenvolvem e o repasse de informações/recursos. O estudo contribui para entender como essas instituições de controle se mobilizam, mas possui o limite de tratar o processo do controle apenas na dimensão horizontal no âmbito federal. Destaca-se ainda que o foco do estudo recai mais sobre o fluxograma das informações considerando o prescrito pelas normas do sistema de controle brasileiro. Assim é pouco instrutivo quanto as possibilidades de conexões que podem ser desenvolvidas para tecer laços na WAI, a exemplo das RCPCCs. Além disso, a autora não analisa no seu estudo como as organizações civis impactam na realização da *accountability*. Tratando dos órgãos públicos no nível subnacional, é apenas citado seu papel como repassador de recursos e como uma representação do órgão federal em um nível menor, mas não se discute como a participação desses atores acontecem nas WAI.

Por fim deve-se dar especial destaque ao trabalho de doutorado de Ribeiro (2016) que analisou o processo de gênese das RCPCCs, chamadas Fóruns de Combate à corrupção (FOCCOs) em 3 estados brasileiros: Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Os resultados mostraram elementos explicativos da emergência e consolidação dessa nova estratégia para o exercício da *accountability* no Brasil. O autor destacou riscos de funcionamento do FOCCO por meio de crises políticas, em específico as tensões entre órgãos públicos e organizações civis percebidas quando há separação entre os participantes da rede: os órgãos integrantes que são compostos por instituições públicas e as entidades colaboradoras que são compostas por organizações civis. Além disso, nas entrevistas com membros dos FOCCOs, foi visto que existe por parte de alguns representantes de órgãos públicos resistência à participação de organizações civis em reuniões do FOCCO por ser algo confidencial e argumentos de que o cidadão ficaria sem entender alguns assuntos. Também foram citados casos que há multiplicidade de interesses entre ambas as dimensões. Deve-se ressaltar que a posição questionadora sobre a participação da sociedade civil nas RCPCCs, não é um consenso. O autor aponta percepções positivas dos representantes de órgãos públicos sobre a importância das organizações da sociedade civil para o funcionamento dos FOCCOs.

Outro achado apontado por Ribeiro (2016) refere-se ao papel das redes interpessoais de amizade e

confiança que emergiram a partir das reuniões dos FOCCOs. O autor destaca o impacto positivo deste mecanismo sobre o funcionamento e sobrevivência dos FOCCOs. Entretanto, não foi desenvolvido um estudo sistemático sobre como as relações interpessoais conectam as organizações públicas e privadas nos FOCCOs, por um lado, nem com criam pontes entre as RCPCCs. Contudo, Ribeiro (2016) aponta que a rede funciona em conexões multinível onde as trocas interorganizacionais são mediadas e se desenvolvem com base nas relações interpessoais. Sendo assim, sugere que pesquisas futuras levem em conta as relações interpessoais além das interorganizacionais e como mecanismos fundamentais para o funcionamento das WAIs.

Como se viu a literatura mais recente tem dado destaque para a atuação dos órgãos federais, mostrando que as instituições de controle são fortes, mas não conectadas, o que Ribeiro (2016) mostra que está sendo superado com os FOCCOS. Também é deixado de fora pela literatura a análise das organizações da sociedade civil pois, mesmo citando que existe a dimensão social participando do exercício do controle, os estudos que tratam de analisar a *accountability* sob o prisma da *Web of Accountability Institutions* ficam em silêncio em relação ao papel das organizações da sociedade civil na atuação em rede, tendo em vista o exercício da *accountability*<sup>2</sup>; além da desconsideração das redes informais (amizade e confiança) que estão por trás de redes interorganizacional, aspecto sugerido por Ribeiro (2016).

## METODOLOGIA

Essa pesquisa utilizou das técnicas de Análise de Redes Sociais (ARS) que leva em conta que os atores precisam de meios/ recursos para realizar suas tarefas e alcançar objetivos, portanto, suas relações podem deter parte dos recursos ou representar acesso a eles. A análise de rede como metodologia possui diferentes níveis. O nível estrutural que busca descrever conjuntos sociais inteiros (organizações, comunidades); o nível relacional em que os alvos de estudos são as díades, ou seja, as relações e suas características; o nível individual em que são as características derivadas do conhecimento da estrutura relacional (as medidas de centralidades e prestígio individuais são atributos estudados); e a dimensão multinível, a qual pode ser desenvolvida se redes interindividuais e interorganizacionais forem articuladas. Portanto, a análise de redes é considerada aqui um método sociológico que pode contextualizar comportamentos e descrever mecanismos que demonstram a existência de soluções estruturais a problemas estruturais de ação coletiva (LAZEGA et al., 2014; HIGGINS et al., 2018).

As informações analisadas neste artigo fazem parte da pesquisa 'Tecendo laços na rede brasileira de instituições de *accountability*: uma análise da difusão de iniciativas de cooperação para prevenção e combate à corrupção'<sup>3</sup> e foram coletadas em duas fases. A primeira fase foi realizada com levantamento de dados secundários por meio da ferramenta de pesquisa do *Google*, pesquisando pelo nome da rede de cada estado, por exemplo: buscou-se por 'FOCCO/PB'; nos casos de ausência de resultados a busca continuava usando outros termos chave: 'Fórum Combate à Corrupção Paraíba'; 'Rede de controle na Paraíba'; 'Combate à corrupção na Paraíba'. Foram analisados os resultados das três primeiras páginas encontradas na pesquisa

<sup>2</sup> A exceção neste caso é Ribeiro et al. (2014) e Ribeiro (2016), embora não mobilizem o conceito de *Web of Accountability Institutions*.

<sup>3</sup> Pesquisa financiada pela FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

com foco direcionado a alguns pontos fundamentais: sites das redes, parceiros, notícias, eventos, documentos, informações de reuniões e mídias sociais. Na segunda fase da pesquisa foram levantados dados primários utilizando a metodologia de aplicação de questionário online utilizando a ferramenta *Google forms*. O questionário da pesquisa foi enviado à potenciais participantes dos fóruns a partir de uma lista inicial de e-mails aferida na primeira fase da pesquisa. Cada participante precisou clicar no link enviado por e-mail para responder à pesquisa. A pesquisa também foi divulgada em grupos de *WhatsApp* a partir de contribuições de alguns participantes.

A metodologia de aplicação de questionário *online*, tanto na perspectiva do pesquisador quanto por parte do respondente, possui vantagens como: (1) menores custos, pois não é necessário a impressão do questionário em papel; (2) maior rapidez e capacidade de atingir públicos específicos já que para alcançar as pessoas basta enviá-los por e-mail, sendo assim podem ser enviados diversas vezes com maior velocidade; (3) permite estímulos ao entrevistado porque junto com o questionário é possível anexar imagens e vídeos para que seja mais interativo para o respondente; (4) não precisa necessariamente de um entrevistador no local; (5) maior confiabilidade dos dados tendo em vista que os dados são atualizados automaticamente no banco de dados, sem precisar de transcrição; (6) respostas com maior qualidade porque esse método garante anonimato ao respondente por isso ele se sente mais à vontade para responder o questionário honestamente; (7) comodidade ao respondente já que ele pode acessar o questionário pelo dispositivo que preferir e responder no tempo em que lhe seja mais confortável e não precisa ter o trabalho de enviá-lo de volta; (8) acompanhamento em tempo real da taxa de resposta; (9) facilidade para trabalhar com grandes amostras (VIEIRA et al., 2010; CARVALHO et al., S/D; MOYSÉS et al., 2016).

Apesar da metodologia possuir diversas vantagens, também é possível destacar algumas desvantagens como: (1) em alguns casos podem gerar baixa taxa de resposta<sup>4</sup>; (2) falta de familiaridade com a ferramenta *online*; (3) exclusão de analfabetos digitais<sup>5</sup>; (4) não existe algum tipo de auxílio em caso do respondente não entender alguma pergunta; (5) não conhecimento da circunstância em que o questionário foi respondido; (6) problemas com a definição da amostra pois como é necessário ter em mãos os e-mail dos possíveis respondentes, pode acontecer de eles terem alterado o e-mail ou o desativado o que o pesquisador coletou<sup>6</sup>; (7) o e-mail pode ser jogado para caixa de *Spam* (VIEIRA et al., 2010; CARVALHO et al., S/D; MOYSÉS et al., 2007; FALEIROS et al., 2016).

A metodologia *online* surge para mudar as pesquisas anteriores que se utilizavam de formulários impressos em papel e levados a campo para ser preenchido pelos sujeitos entrevistados ou pelo pesquisador. Após essa coleta, os dados são lançados em planilhas eletrônicas, buscando conseguir dar mais efetividade para as pesquisas. A coleta de dados pode ser chamada de questionário auto preenchido, já que o pesquisado

---

<sup>4</sup> Embora tenhamos alcançado baixa taxa de resposta, observamos que nossa amostra alcançou o tamanho mínimo de 30 casa que permitem fazer inferências estatísticas para a população. Todos os resultados relatados aqui observaram a significância estatística e o intervalo de confiança estimado para o parâmetro analisado (AGRESTI et al., 2012)

<sup>5</sup> Em relação aos pontos 3 e 4 merece ser destacado que o público alvo da pesquisa foram pessoas de alta escolarização e cuja atividade profissional exige certa familiaridade como tecnológicas.

<sup>6</sup> Durante o período de coleta de dados, houve atualização da lista de e-mails. Fomos informados sobre novos participantes que substituíram nomes que estavam na lista. Este procedimento possivelmente diminuiu o impacto negativo destacado.



lê o questionário e responde sem intervenção do entrevistador (VIEIRA et al., 2010; CARVALHO et al., S/D; MOYSÉS et al., 2007; FALEIROS et al., 2016).

As informações coletadas por meio das duas fases da pesquisa comportaram dados categóricos e estruturais dos membros das redes de instituições de *accountability*. Por parte das variáveis categóricas, elas são referentes à: idade, tempo de atuação, principais temas trabalhados, tipos de ações desenvolvidas e participação em eventos. Em caso de variáveis estruturais foi possível obter dados referentes a laços de amizade e informações de migração de funcionários públicos entre as redes cooperação e reconhecimento. Apenas as relações de amizade foram analisadas neste artigo.

Os dados coletados foram analisados com apoio dos *softwares R e pajek*. No caso do *pajek*, ele foi utilizado para realizar a análise de redes sociais e o *R* para realizar análise estatística. Foi utilizada estatística inferencial para a partir da amostra analisada estimar os parâmetros da população e realizar testes de hipóteses para verificar a evidência sobre as hipóteses, ou seja, testar a validade dos dados para ver se as hipóteses levantadas na pesquisa possuem concordância (AGRESTI et al., 2012).

No gráfico 1, é possível acompanhar a taxa de retorno do questionário mensalmente. O período de envio aconteceu entre os meses de outubro de 2019 até a primeira semana do mês de maio em 2020. Os envios foram divididos em 30 rodadas que aconteciam semanalmente e, quando algum indivíduo respondia, seu e-mail era riscado da lista de envio da rodada seguinte. Foram enviados ao longo de 30 rodadas e-mail para 168 membros, sendo 85,12% homens e 14,88% mulheres. Durante o período de aplicação do questionário *online* o retorno foi de 30 respondentes.

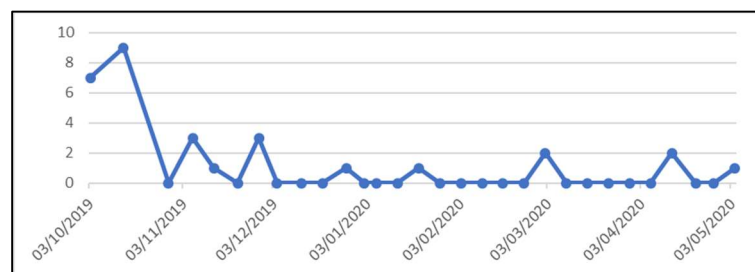


Gráfico 1: Número de questionários respondidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no primeiro levantamento realizado nas mídias sociais das redes de controle, foi possível realizar um mapeamento para identificar pistas sobre como a iniciativa se difundiu pelo país. Foi possível ver nos nomes e nos símbolos conjuntos de redes que sugerem formas particulares de adesão à inovação representada pelas RCPCCs. Dois grupos se destacam com mais clareza. Por um lado, a adoção do nome FOCCO e seu respectivo logo mostra a difusão do estilo inovador e adesão dos estados pela iniciativa do estado da Paraíba. Por outro lado, a nomenclatura Rede de Controle da Gestão Pública (RCGP) revela uma relação com o TCU que aderiu a ideia de trabalho em rede e promoveu a formação das RCGPs. No caso Rio Grande do Norte houve adesão pelo nome Movimento Articulado de Combate à Corrupção (MARCCO); no estado de Minas Gerais a rede de controle foi refundada em 2015 com o nome de Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção de Minas Gerais (ARCCO) (RIBEIRO, 2016).

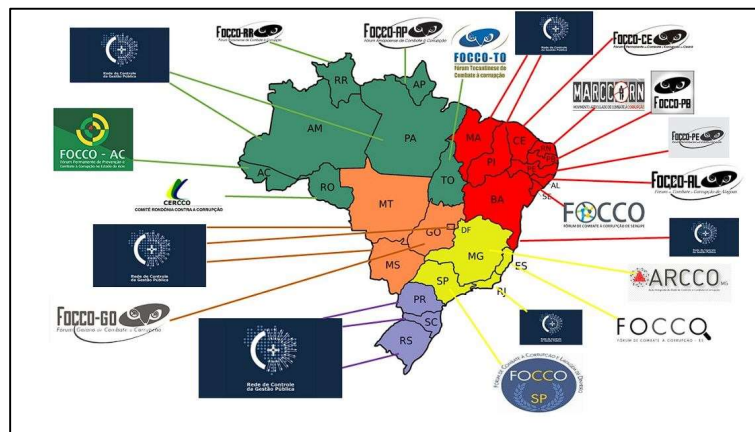


Figura 2: Representação da difusão dos fóruns de combate à corrupção no Brasil.

Em relação as mídias sociais que as RCPPCs utilizam, foi possível ver qual ferramenta *online* elas usam para poder postar suas ações e informar a sociedade sobre suas atividades. É possível observar que a ferramenta mais utilizada são sites próprios, com 13 RCPPCs dos seguintes estados utilizando a ferramenta: Alagoas, Amapá, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Tocantins, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. A plataforma *Twitter* aparece em segundo lugar com 7 RCPPCs usuárias, são elas dos estados de: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. O *Facebook* aparece em terceiro lugar com 5 RCPPCs dos estados da: Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Por último aparece o *Instagram* com 2 RCPPCs usuárias, dos estados de: Sergipe e Mato Grosso do Sul. O destaque encontrado aqui são as RCPPCs de Sergipe e do Mato Grosso do Sul que utilizam as 3 plataformas *online* para divulgarem suas ações.

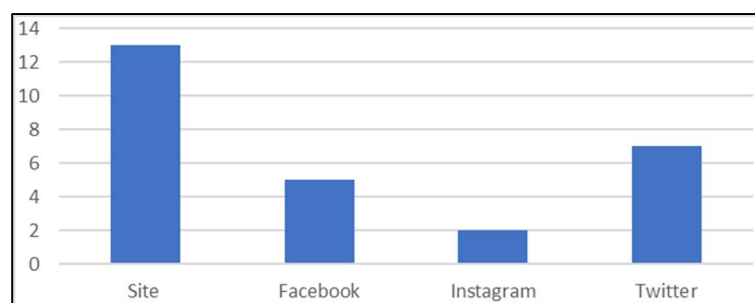


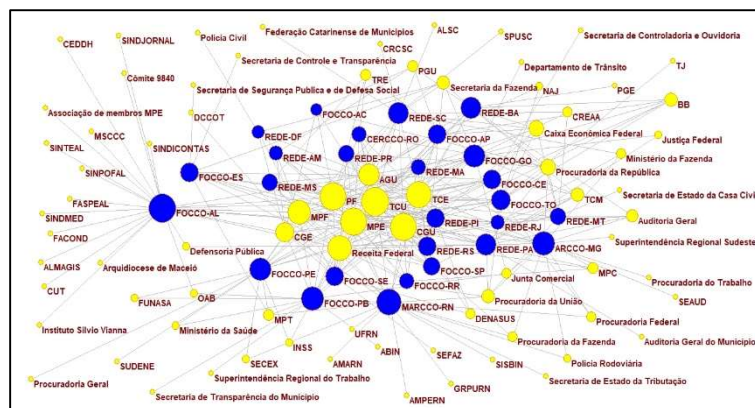
Gráfico 2: Número de RCPPCs que utilizam mídias sociais.

### Accountability e o nível subnacional

Ao analisar dados sobre os integrantes das RCPPCs por meio dos termos de cooperação obtidos em seus sites foi possível construir a rede de seus integrantes com o grau de centralidade<sup>7</sup> de cada um, quanto maior o círculo, mais laços o vértice possui (Figura 3). Diante dessas informações foi visto que a RCPPC com mais integrantes é o FOCCO-AL com 25 instituições membros da rede, seguida do MARCCO-RN com 21 instituições membros. Se tratando dos órgãos públicos que participam das RCPPCs, foi visto que o TCU é o que mais possui participação nas redes, aparecendo em 26 delas; em seguida aparecem CGU e MPE com 24 aparições; em terceiro lugar aparece a PF com 23 aparições; com 22 participações em RCPPCs aparece o TCE;

<sup>7</sup> Medida que permite ver número de laços que o vértice possui (HIGGINS et al., 2018).

a Receita federal aparece em 19 RCPCCs; o MPF está presente em 18 redes; a AGU faz parcerias com 14 RCPCCs; e, por fim, a CGE aparece em 11 redes. Ao observar esses dados é possível perceber que órgãos públicos federais são os que mais têm participações nas RCPCCs, entretanto, é válido destacar que esses órgãos possuem sua representação em nível estatal, ou seja, subnacional, mostrando que o nível subnacional também é importante. Destaque para o TCM que possui vínculo com 6 redes, mostrando que o âmbito subnacional municipal também está presente. Esses achados corroboram com ideia de que para entender corretamente o funcionamento do exercício da *accountability* é preciso analisar as WAI a partir de uma perspectiva regional/local capaz de captar relações particulares à cada contexto. No nível subnacional há vários órgãos de controle na composição de 'órgãos integrantes' das redes, sugerindo que eles também desempenham papel necessário para o funcionamento da rede.



**Figura 3:** Sociograma da rede de integrantes das RCPCCs.

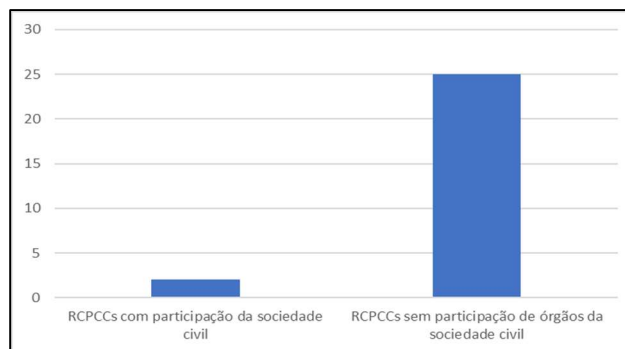
Formas e cores do Sociograma:

Círculo azul: RCPCCs dos estados brasileiros

Círculo amarelo: órgãos integrantes das RCPCCs

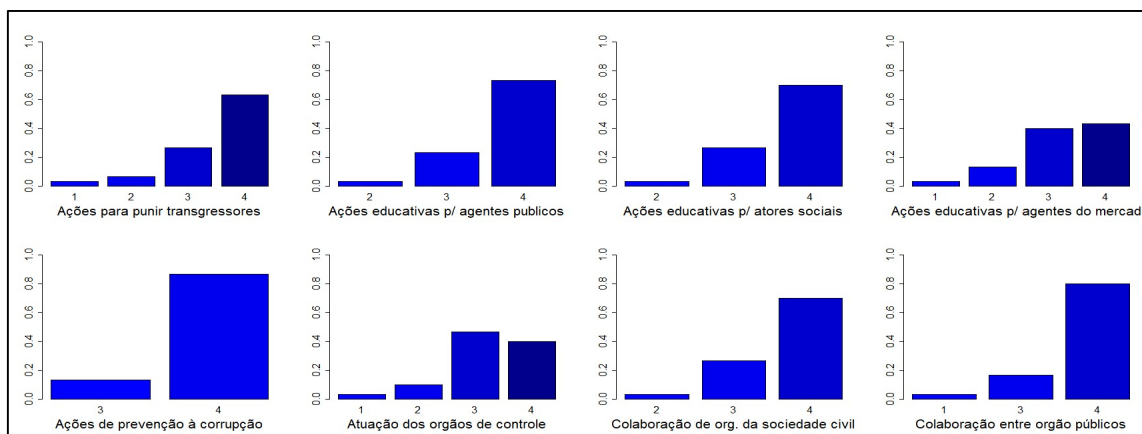
### Organizações civis e a *Web of accountability institutions*

Se tratando das organizações da sociedade civil durante a coleta de dados *online*, houve dificuldade de encontrar essas organizações, quase nenhuma RCPCCC disponibiliza as organizações civis que integram a rede. Ao observar os dados disponibilizados pelas RCPCCs somente foram encontradas parcerias com a sociedade civil em dois estados: o FOCCO-PB e FOCCO-AL. No caso da Paraíba, foram encontradas organizações civis em seu site, já as organizações civis do FOCCO-AL aparecem presentes em seu site e no termo de cooperação. No site do FOCCO-PB encontram-se as organizações civis definidas como 'entidades colaboradoras' e não 'órgãos integrantes'; fazem parte das entidades colaboradoras 38 organizações da sociedade civil: associações, igrejas, sindicatos, OAB, maçonarias e conselhos. No caso do FOCCO-AL a classificação das organizações civis está diferente, aparecem na classificação de compositores do FOCCO, mas separados dos órgãos públicos como 'instituições da sociedade civil'; fazem parte dessa categoria 15 instituições: associações, conselhos, fóruns, institutos e sindicatos. O achado do FOCCO-AL merece destaque pois diferente do FOCCO-PB que muda a nomenclatura da classificação, as organizações civis de Alagoas sugerem ter participação na coordenação do FOCCO, já que aparecem como compositores assim como os órgãos públicos.



**Gráfico 3:** Proporção de RCPCCs que contam com participação da sociedade civil.

Na segunda fase da pesquisa com a aplicação dos questionários foi possível encontrar pistas sobre a relação das organizações da sociedade civil com as RCPCCs sob a perspectiva dos respondentes. Buscando identificar os tipos de ações influentes na prevenção e combate corrupção foi perguntado aos respondentes o quanto o combate à corrupção depende de: 1) ações que visam **punir** transgressores; 2) ações **educativas** que visam o comportamento de **agentes públicos**; 3) ações **educativas** que visam o comportamento de **atores sociais**; 4) ações **educativas** que visam o comportamento de **agentes do mercado**; 5) ações que visam **prevenir** o comportamento corrupto; 6) atuação predominantemente dos órgãos de controle; 7) colaboração das organizações da sociedade civil; 8) colaboração entre os órgãos públicos. Cada item foi avaliado pelos respondentes expressando o grau de concordância segundo as seguintes categorias: concorda totalmente; concorda parcialmente; discorda parcialmente; discorda totalmente. As respostas estão demonstradas no gráfico 4.



**Gráfico 4:** Ações importantes para o combate à corrupção.

Uma característica geral dos respondentes é que todos demonstraram concordância total ou parcialmente, acima de 80% em relação ao quanto a prevenção e o combate à corrupção dependem dos mecanismos propostos no questionário. Estima-se, com 95% de confiança, que a concordância com tais mecanismos entre a população de membros das RCPCCs acima de 69,17%. É válido destacar, assim como a literatura aponta, o posicionamento dos respondentes em relação a colaboração entre os órgãos públicos, pois 80% dos respondentes marcaram total concordância com esse mecanismo sugerindo que seja importante a interação entre eles. Outro destaque fica para o mecanismo de colaboração de organizações da sociedade civil que aponta 70% de concordância total entre os respondentes como sendo um mecanismo

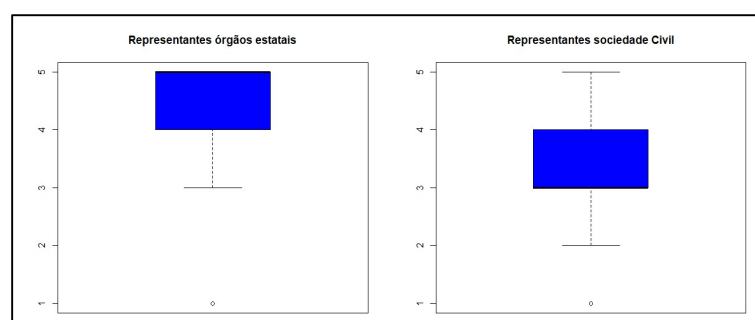
necessário para o funcionamento da *accountability*, ou seja, não só as organizações da sociedade civil reconhecem a importância dos atores da dimensão horizontal, como também os atores dessa dimensão reconhecem em uma proporção relativamente alta que a participação das organizações da sociedade civil é fundamental para que o exercício do controle seja efetivo. Comparando a percepção sobre a importância dos órgãos públicos e das organizações da sociedade civil, é possível notar que os respondentes colocam um peso maior nos órgãos públicos no exercício da *accountability*.

A pesquisa também levantou informações sobre a percepção dos respondentes que permitem comparar a importância da presença dos órgãos públicos e das organizações da sociedade civil nas RCPCCs. Os respondentes assinalaram em uma escala de 1 a 5, na qual 1 significava NÃO DEPENDE, e 5 significava DEPENDE MUITO, o quanto o funcionamento das RCPCCs depende da presença de representantes de órgãos públicos, da presença de representantes da sociedade civil. A tabela 2 mostra as estatísticas descritivas e o parâmetro estimado para a população. É importante destacar que quanto mais alta a média apresentada maior é a dependência do mecanismo para o funcionamento das redes na percepção de seus membros.

**Tabela 1:** Avaliações dos mecanismos que contribuem para o funcionamento das redes de controle.

Mecanismos	Média	Parâmetros estimados	P-valor	Moda	Desvio Padrão
Representantes de órgãos estatais	4,40	[4,07-4,73]	0,00	5,00	0,89
Representantes da sociedade civil	3,23	[2,76-3,71]	0,00	3,00	1,28

Diante desses dados é importante observar que há um achado interessante quando se compara as medidas dos representantes de órgãos estatais e representantes da sociedade civil. Os representantes de órgãos estatais alcançaram média de 4,40, com um parâmetro entre 4,07 e 4,73 pontos no de nível de dependência. Já a percepção em torno da presença de representantes da sociedade civil alcançou a média é de 3,23 com um parâmetro estimado entre 2,76 e 3,71 pontos. Estes valores mostram que é de se esperar que, ao nível de 95% de confiança, o funcionamento das RCPCCs é menos dependente da presença de representantes da sociedade civil do que da presença de representantes de órgãos estatais. Deve-se observar ainda que a moda para as duas variáveis confirma a maior valorização dos órgãos públicos entre os participantes da pesquisa. Outra informação relevante na tabela é o desvio padrão, no primeiro caso 0,89 e no segundo 1,28. Isso mostra que há mais variação na avaliação sobre a participação da sociedade civil que naquela sobre a participação dos órgãos estatais. O gráfico 5 compara a distribuição da avaliação sobre a participação de representantes de órgãos estatais e da sociedade civil.



**Gráfico 5:** Distribuições das avaliações dos mecanismos de representação que contribuem para funcionamento das redes de controle.

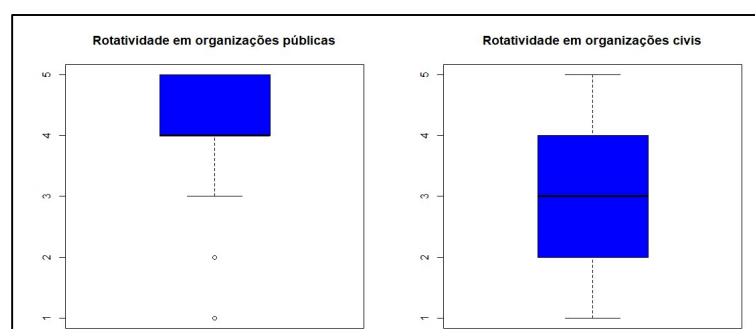
Em conjunto os resultados mostram que quando os respondentes se depararam com ações importantes para exercer *accountability*, a colaboração da sociedade civil foi destacada por 70% deles como ‘concorda totalmente’, mas a respeito do funcionamento da rede parece haver discordância sobre ter participação de representantes da sociedade civil. Ao que parece os respondentes acham valido a colaboração da sociedade civil, mas não acham necessário ter representantes da mesma para que a rede funcione.

Por fim no que se diz respeito aos riscos ao funcionamento da RCPCCs dois deles permitem a comparação da percepção entorno da importância das organizações públicas e das organizações civis nas redes de controle. Os respondentes foram convidados a avaliar, utilizando uma escala de 1 a 5, onde 1 indica que NÃO HÁ PREJUÍZO e 5 indica PREJUDICA MUITO, se a rotatividade de membros em organizações públicas e em organizações civis prejudica o funcionamento das redes de controle. Na tabela 2 são expostas estatísticas de avaliação dos riscos ao funcionamento das redes para as duas variáveis. Quanto maior a média maior é o risco percebido pelos respondentes.

**Tabela 2:** Riscos ao funcionamento das RCPCCs.

Riscos	Média	Parâmetros estimados	P-valor	Moda	Desvio Padrão
Rotatividade em organizações públicas	3,93	[3,55-4,31]	0,00	4,00	1,01
Rotatividade em organizações civis	3,00	[2,54-3,46]	0,00	4,00	1,23

Comparando as medidas dos riscos ao funcionamento das RCPCCs é possível identificar que a rotatividade em organizações públicas obteve média de 3,93, com parâmetro entre 3,55 e 4,31 pontos de prejuízo a RCPCC. Por outro lado, a rotatividade em organizações civis alcançou a média de 3 com um parâmetro estimado entre 2,54 e 3,46 pontos. Com esses valores espera-se, ao nível de 95% de confiança, que o risco que mais afeta o funcionamento das RCPCCs seja a rotatividade em organizações públicas. Observa-se ainda que mesmo a média entre as duas variáveis sejam diferentes, o valor da moda para ambas é 4, mostrando que a avaliação mais frequente que as variáveis receberam foram iguais. Outra informação relevante na tabela são as medidas de desvio padrão, no primeiro caso de 1,01 e no segundo de 1.23. Isso mostra que há mais variação na rotatividade em organizações civis em relação a rotatividade em organizações públicas. Comparando essas medidas é possível dizer que quando se refere aos órgãos públicos é possível identificar maior dependência da rede como um todo, ou seja, um risco a sobrevivência da estratégia em rede está ligado ao funcionamento das instituições estatais e não diretamente a organizações civis segundo os respondentes.

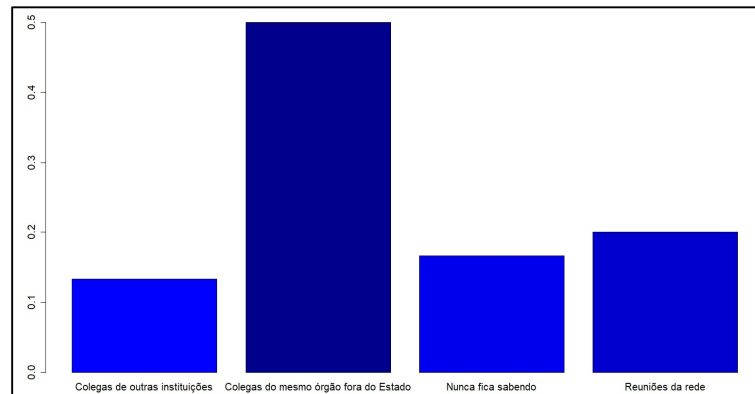


**Gráfico 6:** Distribuição de avaliação dos riscos de funcionamento das RCPCCs.





encontrado que o contato com atores de redes de outros estados é a principal fonte de informações. Como mostra o gráfico a seguir, ao menos 50% dos respondentes alegam saber das ações das outras redes por meio de colegas de sua instituição, mas de outros estados, sugerindo que há comunicação informal entre os membros que circula informações. Um detalhe importante que merece destaque são os respondentes que não ficam sabendo nunca do que acontece.



**Gráfico 6:** Fontes de informações sobre ações de outras RCPCCs.

## CONCLUSÕES

Esse estudo teve como referencial teórico a literatura referente ao conceito de *accountability* e suas dimensões, seguido pelos estudos das organizações que realizam o exercício do mesmo, as quais são chamadas de *web of accountability institutions*. Os estudos sobre *accountability* classificam a dimensão horizontal no âmbito estatal, sendo dividida em dois grupos: agências de balanço (localizada nos poderes judiciário, executivo e legislativo) e, agências estatais atribuídas ou especializadas responsáveis por fortalecer e dar suporte as agências de balanço. A dimensão vertical de *accountability* se refere ao exercício do controle nas ‘mãos dos cidadãos’ pois, acontece em épocas de eleições quando é necessário que a sociedade vote em algum representante. Peruzzotti et al. (2002) destacam ainda uma terceira dimensão, a de *accountability* social, sendo ela responsável por denunciar comportamentos ilícitos e acionar a dimensão horizontal por meio de organizações da sociedade civil como: associações, movimentos de cidadãos e medidas midiáticas. Contudo, foi apontado que para o exercício da *accountability* alcance resultados satisfatórios, deve haver interação entre as três dimensões.

No que se trata da literatura sobre *web of accountability institutions*, foram abordados estudos feitos por Aranha (2015) que analisa órgãos federais brasileiros responsáveis pelo controle; o estudo de Ribeiro et al. (2014) que faz uma abordagem diante de organizações civis que fazem parte do projeto A1M, conseguiu identificar as interações entre as organizações da sociedade civil com objetivo de controle e fiscalização com outras organizações que não tem como foco a *accountability*, mas se unem para colaborar no esforço, o que mostra uma alternativa de controle que não fica dependente da esfera horizontal; por fim o estudo de Ribeiro (2016) que analisou a gênese do FOCCO, mostrou que essa estratégia está incentivando interação entre as dimensões da *accountability* mas que o diálogo entre Estado e sociedade possui elementos de tensão, além disso, identificou elementos interpessoais como influenciador das interações em nível organizacional das



redes de controle.

Com base nessa literatura foi visto que há destaque nos estudos referentes a órgãos públicos que realizam o controle; não há aprofundamento nos estudos sobre o papel das organizações da sociedade civil, elas apenas são citadas como existentes na realização do controle; e a desconsideração das redes interpessoais como fator influenciador na *web of accountability institutions*.

Diante dos dados empíricos coletados na primeira e na segunda fase da pesquisa, foi possível notar que se tratando de *accountability* em nível subnacional, ainda há mais parcerias de órgãos públicos de âmbito federal com as redes de controle mas, redes como FOCCO-AL e FOCCO-MS por exemplo já aparecem com integrações de órgãos de nível municipal e estadual, assim como o TCE e o MPE (órgãos de nível estadual) aparecem na rede construída tendo como base as instituições que mais realizam parcerias com as redes de controle.

Em relação a participação da sociedade civil, é sugerido que a tensão entre órgãos estatais e organizações da sociedade civil identificado por Ribeiro (2016) ainda está presente, pois, 70% dos respondentes concordam totalmente com o pressuposto que a colaboração da sociedade civil é necessária para as ações da rede, mas ao mesmo tempo os dados mostram que os respondentes não acham tão importante a sociedade civil ter um representante para que a rede de controle funcione corretamente, ou seja, os achados sugerem que os respondentes querem a colaboração das ações da sociedade civil para complementar as instituições públicas mas, não acham essencial um representante de tal dimensão comparado a um representante de órgão público para funcionamento da rede.

Por fim, com as construções de algumas redes informais tendo como base as respostas dos questionários, foi possível notar na rede de amizade por exemplo que todas as redes de controle do Brasil estão conectadas por meio de seus membros, sugerindo que um fluxo de informação e difusão de ações pode ser realizado de maneira eficiente com base nessas interações. Tal apontamento fica mais evidente ao olhar para os dados obtidos da questão sobre como os membros ficam sabendo das ações de demais redes, e os dados mostram que pelos menos 50% dos respondentes ficam sabendo por meio de membros de sua própria instituição, mas que estão localizadas em outros estados.

Contudo, os temas abordados servem para mostrar que a interação entre as dimensões de *accountability*, apontadas pela literatura como necessárias, estão ocorrendo com a estratégia em rede, identificado por Ribeiro (2016), mas que o exercício da *accountability* não é feito apenas por órgãos públicos do âmbito federal, o âmbito subnacional está presente e possui instituições presentes nos órgãos integrantes das redes. As organizações da sociedade civil aparecem em algumas redes e como foi visto, maioria dos membros classificaram sua colaboração como fundamental no controle do poder público, sugerindo que futuros estudos sobre *accountability* se atentem para essa dimensão e a levem em conta para realizar a análise da *web of accountability institutions*. Levar em consideração também as redes interpessoais como influenciadoras de interações em nível organizacional e tentar mensurar o nível dessa influência.

## REFERÊNCIAS

- AGRESTI, A.; FINLAY, B.. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. 4 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- ARANHA, A. L. M.. **A rede brasileira de instituições de accountability: um mapa de enfrentamento da corrupção na esfera local**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- CARVALHO, C. V. D.; VALENÇA, T. D. C.; SANTOS, J. A.; CORREIA, I. F.; LIMA, P. V.. Aplicação de questionários online na pesquisa científica com idosos: relato de experiência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO. **Anais**. S/D.
- FALEIROS, F.; KAPPLER, C.; PONTES, F. A. R.; SILVA, S. S. C.; GOES, F. S. N.; CUCICK, C. D.. Use of virtual questionnaire and dissemination as a data collection strategy in scientific studies. **Texto & Contexto: Enfermagem**, v.25, n.4, p.1-6, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072016003880014>
- HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C.. **Análise de redes em ciências sociais**. Brasília: Enap, 2018.
- LAZEGA, E.; HIGGINS, S. S.. **Redes sociais e estruturas relacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- MOYSÉS, G. L. R.; MOORI, R. G.. Coleta de dados para a pesquisa acadêmica: um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27. **Anais**. Foz do Iguaçu, 2007. p.1-10.
- O'DONNELL, G.. Accountability Horizontal: La institucionalización legal de la desconfianza política. **Revista de Reflexión y Análisis Político**, Buenos Aires, n.7, p.11-34, 2001.
- PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C.. **Controlando la política: Ciudadanos y Medios en las nuevas democracias Latinoamericanas**. Buenos Aires: Temas, 2002.
- RIBEIRO, A. C. A.. **Mudança e estabilidade em campos institucionais: estudo de um estilo inovador no campo de fiscalização e promoção da transparência pública**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- RIBEIRO, A. C.; HIGGINS, S. S.. A interação entre os mecanismos de accountability sob o prisma da análise de redes sociais: um estudo sobre a rede de monitoramento cidadão do projeto A1M. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v.16, n.35, p.13-43, 2014.
- SCHEDLER, A.. **¿Qué es la rendición de cuentas?**. Cidade do México: Instituto Federal de Acceso A La Información Pública, 2008.
- VIEIRA, H. C.; CASTRO, A. E.; SCHUCH JÚNIOR, V. F.. O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. In: SEMEAD: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 13. **Anais**. São Paulo, 2010.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Cognitionis Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.